



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

REINSTALAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE COMÉRCIO EXTERIOR — CONCEX

Palácio do Planalto
30 de março

Precisamos crescer, com investimentos nacionais e estrangeiros, aumentando nossa produção, para ambos os mercados.»

18 de março — O Produto Interno Bruto registrou crescimento de 8,2% em 1986.

27 de março — A empresa americana, Westinghouse, após um ano de negociações, concorda em pagar uma indenização de 50 milhões de dólares à Furnas Centrais Elétricas, por erros cometidos no projeto da Usina Nuclear I.

Esta solenidade é o desfecho de um diálogo intenso e de reflexões constantes sobre os rumos de nosso País.

Tenho ouvido com muita atenção as sugestões dos empresários ligados ao setor de comércio exterior, que me têm procurado nos últimos meses.

A decisão de reativar o CONCEX recolhe muitas de suas preocupações e as daqueles que, como eu, acreditam ser indispensável recuperarmos os saldos em nossa balança comercial.

A queda dos saldos refletiu a conjugação de fatores internacionais adversos com uma conjuntura interna inesperada. De um lado, o protecionismo, a deterioração dos preços

dos produtos de base e a crise de parceiros comerciais do Terceiro Mundo; de outro, as dificuldades de abastecimento e a falta de produtos primários para exportar devido a quebra da safra.

Mas a capacidade brasileira de gerar superávits não desapareceu, nem desaparecerá. Ela é estrutural. Decorre de uma política de substituição de importações, de incentivo às exportações e de modernização industrial que tem levado nossos manufaturados a melhor desempenho na disputa dos mercados internacionais.

O Brasil mantém um comércio exterior sofisticado, diversificado por produtos e por destino. Em 1950, 99% de nossas exportações eram de produtos primários e quase 50% delas se dirigiam aos Estados Unidos. Hoje mais de 50% são manufaturados e apenas 25% de nossas exportações ingressam no mercado norte-americano.

A reinstalação do Conselho Nacional de Comércio Exterior não é um gesto meramente protocolar. Pretendo que ele traga de volta a confiança no esforço por exportar. Deve constituir o marco de um novo empenho brasileiro no comércio exterior. É a clara indicação da prioridade ao comércio exterior que o Governo concede neste momento.

A nova estrutura do Conselho incorpora outros órgãos governamentais, e sobretudo reforça a presença do setor privado nas decisões sobre o comércio internacional.

O comércio exterior é estratégico para nosso País. Não podemos crescer nem aumentar nossas taxas de desenvolvimento sem aumentar nossas taxas de exportações para podermos importar. Mas justamente nessa área temos sido forçados a grandes sacrifícios. Infelizmente não temos tido a correta compreensão dos países desenvolvidos, e por isso continuamos a enfrentar barreiras e ainda não chegamos a um bom termo na negociação da dívida externa.

Repito, o protecionismo e a crise do endividamento limitam nossa capacidade de contribuir, com importações; para o crescimento do comércio mundial. Ora, é através de nossa capacidade de exportar e da possibilidade de transferir menos capital para o exterior que poderemos também im-

portar mais. O Brasil é potencialmente um dos maiores mercados do mundo. Não é nossa intenção fecharmos nossas fronteiras ao comércio exterior.

Estamos agora criando facilidades adicionais de importações quando estas se acham associados a maiores exportações de manufaturados: para isso reativamos o mecanismo do antigo Decreto-Lei nº 1.189.

O Brasil espera dos países credores a abertura de mercados para nossas exportações, possibilitando a geração dos saldos de que necessitamos, pois é injusto que o comércio seja uma rua de duas mãos igualmente trafegadas, quando as relações financeiras se converteram em rua de mão única.

Uma forma complementar de equilibrarmos nossas contas é promover a atração de investimentos externos. O Brasil é um país de grandes recursos. Só não aposta no seu crescimento e na rentabilidade dos investimentos aqui realizados quem não tem visão do futuro.

Estamos pagando o preço de uma crise que, em grande parte, não é nossa; que foi gerada por desequilíbrios nos próprios países desenvolvidos, com seus déficits fiscais, que se refletiram sobre a taxa de juros e a sobrevalorização do dólar; com seus desequilíbrios transferidos para a economia mundial sob a forma de endividamento galopante, de uma deterioração mais grave que a dos anos 30 nos preços das matérias-primas e de um recrudescimento das barreiras protecionistas.

Creio porém que existe hoje, mais do que nunca, a compreensão por parte de muitos países desenvolvidos, de que o nosso crescimento é uma peça importante na sanidade do sistema econômico e financeiro internacional; de que a falta de prosperidade deles passa também pela nossa. Mas ainda falta traduzir essa compreensão em ações concretas.

E o Brasil não pode esperar. Devemos mobilizar nossos próprios esforços para dinamizar nosso setor exportador.

Já estamos equiparando, para os exportadores, as taxas de juros reais internas e as internacionais.

Vamos desvincular algumas exportações da necessidade de transferência física da mercadoria para o exterior, através do regime de depósito alfandegado certificado.

Considerando as sabidas dificuldades, no momento, de obtenção de financiamentos externos para a aquisição de bens, estamos ampliando, em caráter temporário e emergencial, as facilidades para a importação de bens sem cobertura cambial.

Pretendemos, além disso, continuar praticando uma política de câmbio que garanta a rentabilidade ao exportar e iniba as importações desnecessárias. Não utilizaremos a política cambial como apêndice da política de preços.

Tão importante quanto essas medidas é o fato de que não faltarão recursos para o financiamento das exportações. Para isso, instruí o Ministro da Fazenda a tomar as providências necessárias para que, no prazo mais curto possível, sejam tornadas mais flexíveis as atuais regras de concessão de financiamento à produção para exportar e à realização de operações de crédito com empresas comerciais exportadoras nacionais.

Através do Conselho Nacional de Comércio Exterior, continuaremos estimulando nossas vendas externas e valorizando o setor exportador brasileiro.

Não pretendemos dinamizar o comércio exterior à custa da recessão ou do mercado interno, pois dívida — para repetir — não se paga com fome, mas com desenvolvimento.

A geração dos saldos não deve, portanto, ser entendida como mera transferência de divisas para o exterior. Não podemos seguir, como no passado, sendo exportadores líquidos de capital, emaranhados numa teia de cláusulas, termos e condições leoninas. Para isso estamos renegociando a dívida externa, e um nível de comércio mais alto será fator de reforço da posição de nosso País nas negociações em curso.

Nosso esforço exportador deve reverter principalmente em benefício da recuperação de nossas reservas cambiais e de importações de bens e serviços, necessárias ao nosso desenvolvimento.

No médio e longo prazos, com investimentos no setor exportador, não existe dilema entre privilegiar o mercado externo ou o mercado interno. Perseguiremos, ao mesmo tempo, a expansão do mercado interno e a conquista dos mercados externos. Esta opção é um compromisso com a melhoria de vida do povo brasileiro.

Precisamos crescer, com investimentos nacionais e estrangeiros, aumentando nossa produção para ambos os mercados.

Não levará a parte alguma a visão maniqueísta de ver caminhos conflitantes onde pode ocorrer uma justa complementação.

Países com grandes mercados internos têm também alta participação no comércio internacional.

Não faz sentido que a oitava economia do Ocidente participe com menos de um por cento no comércio mundial.

Em termos relativos, o Brasil vem nessa área decaindo frente aos demais países. Em 1973, ocupava o 17º lugar entre os exportadores e o 18º entre os importadores. Em 1985, nossa posição já era de 18º e 27º, respectivamente.

Exportamos o ano passado cerca de 8% do PIB, quando a taxa histórica de países que se desenvolveram aceleradamente no pós-guerra, como a Alemanha e o Japão, era de 40%. Mesmo que em outro grau, o Brasil, como aqueles países, não é totalmente auto-suficiente e seu desenvolvimento, como eu disse, exige importações.

Nosso País reúne todas as condições para ser exportador de primeira grandeza. Temos um vasto território, solos férteis, recursos naturais abundantes, matérias-primas, uma indústria de transformação cada vez mais competitiva e um empresariado moderno e dinâmico.

Desejamos, neste ressurgimento do CONCEX um mecanismo ágil, que dê respostas rápidas aos problemas do dia-a-dia; um órgão vivo, atuante, que empreenda a modernização de nossa política comercial e proponha diretrizes para enfrentar os desafios do presente e ampliar a participação brasileira no comércio mundial, em particular nos setores mais dinâmicos.

Para dinamizar seu trabalho, o CONCEX deve envolver, através de órgão executivo, o segundo escalão do Governo. E deve, além disso, prestar-me assessorias nas questões relativas ao comércio exterior. Quero acompanhar de perto seu trabalho e desempenho.

O conselho que agora reinstalamos revela, por sua composição pluralista, o caráter complexo do comércio ex-

terior e a importância de se garantir uma boa coordenação de atividades entre os diversos órgãos, muitos deles envolvidos com importantes negociações atualmente em curso no âmbito do comércio internacional.

Devemos explorar todas as possibilidades que as negociações comerciais multilaterais do GATT possam nos oferecer: aprofundar as importantes iniciativas no plano regional, com a Argentina e o Uruguai; empenhar-nos seriamente para que a rodada de negociações da ALADI tenha êxito em recuperar o comércio dentro da América Latina e utilizar o sistema global de preferências comerciais como instrumento eficaz para a expansão de nossas trocas com outros países em desenvolvimento.

O CONCEX deve buscar caminhos criativos de intercâmbio, não apenas com o incentivo às exportações para todas as partes do mundo, mas também com a busca de mecanismos alternativos, que levem a um menor dispêndio de divisas. Deve analisar o redirecionamento de nossas importações. Deve procurar o emprego mais adequado dos saldos de contas-convênio com determinados países, revertendo-os em benefício de operações triangulares, de *join-ventures* ou de importações indispensáveis a nosso crescimento.

Quero dizer aos empresários brasileiros que, com a revitalização do CONCEX, estamos caminhando para a definição de uma política comercial estável que atribui prioridade e dá apoio à exportação.

O fundamental, contudo, cabe aos empresários, pois deles dependem a modernização, a agressividade, melhores condições de competição e a conseqüente abertura de mercados no exterior.

Para a enfermidade por que passa nosso País, que é mais espiritual do que material, o remédio é uma injeção de ânimo, de ousadia, de coragem, de entusiasmo, de que o CONCEX se deve valer na área do comércio exterior.

As diretrizes estão lançadas. Mãos à obra.